



PARECER JURÍDICO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2023 – TOMADA DE PREÇO Nº 001/2023 – ANÁLISE DE EDITAL – LEI Nº 8.666/93, LEI Nº 10.520/2002, DECRETO Nº 10.024/2019 e DECRETO MUNICIPAL Nº 17/2020.

RELATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Canhotinho fez a abertura de procedimento licitatório para a contratação de empresa de engenharia para a execução das obras de CONSTRUÇÃO DE QUATRO BUEIROS TUBULARES NAS ESTRADAS DE PAQUEVIRA, SÍTIOS JACU, CAJUEIRO E BARRACAS – CANHOTINHO – PE, com material e mão de obra por conta da empresa, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Projeto Básico, de acordo com o Processo nº 59052.011420/2022-72, Termo de Compromisso (TC): TRANSF LEG. 1153/2022, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE CANHOTINHO E O MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Após análise de disponibilidade orçamentária, encaminhou a Sra. Pregoeira para fins de realizar a licitação, modalidade TOMADA DE PREÇOS, que fez juntar aos autos minuta de Edital e de Contrato.

Assim em atendimento ao **parágrafo único do art. 38 da Lei Federal nº: 8.666/93**, essa Procuradoria passa a **examinar**.

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Cumprе destacar que cabe a esta Procuradoria Municipal sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de legalidade das minutas de edital e contrato, compreendidos seus anexos e os atos administrativos que precedem a solicitação de parecer jurídico. Nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal Nº: 8.666/93 deve o Jurídico **analisar a minuta do edital e do Contrato** sob o aspecto da legalidade, ou seja, se atendidos as exigências legais fixadas nas diversas leis que disciplinam a matéria.

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, a minuta do edital e do contrato. Nesse sentido deverá ser considerado todos os atos atinentes ao início do processo e elaboração das minutas, sendo respeitados a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes (desde a solicitação, autorização até a disponibilidade orçamentária); se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação); definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.





O presente caso tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução de obras de construção de quatro bueiros nas estradas de Paquevira, sítios Jacu, Cajueiro e Barracas, todos no Município de Canhotinho-PE. A modalidade que se sugere neste caso é a tomada de preços, com fundamento no artigo 22, inciso II, § 2º c/c o artigo 23, inciso I, alínea b, da Lei nº 8.666/93. Dado a característica e complexidade dos serviços, a contratação deverá ocorrer mediante procedimento licitatório, na modalidade Tomada de Preço, sob o tipo Menor Preço Global.

O artigo 22 da Lei nº 8.666/93 descreve as principais modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas. Nesse sentido, o presente parecer busca traçar pontos legais a respeito desta modalidade Tomada de Preço, do tipo Menor Preço Global. A própria Lei nº 8.666/93, em seu artigo 22, inciso II, §2º, estabelece que:

Art. 22 São modalidades da licitação:

.....
II - tomada de preços.....
.....

§ 2º Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

O Decreto nº 9.412/2018 atualizou os valores das modalidades previstas na Lei nº 8.666/93. Observa-se que a referida modalidade licitatória é utilizada para a realização de obras e serviços de engenharia cujo teto corresponda ao valor de R\$ 3.300.000,00 (três milhões, trezentos e trinta mil reais) e para compras e serviços até o limite de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais), vejamos:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I – para obras e serviços de engenharia:

.....
b) tomada de preços – até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais);

O valor estimado da compra ou do serviço a ser contratado é de R\$ 157.899,18 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e noventa e nove reais e dezoito centavos), portanto a Tomada de Preço poderá ser utilizada.

O edital não apresenta qualquer ofensa ao Princípio da Legalidade e também não há o que falar em violação ao Princípio da Economicidade e Igualdade, uma vez que foi obedecido em todos os seus termos. Importante salientar também que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles





de natureza técnica. Diante disso, considerando os aspectos formais do Edital, entendemos que tanto a Minuta do Edital quanto do Contrato atende aos Princípios embasadores do processo de licitação.

Nesse sentido, a Comissão Permanente de Licitação respeitou o dispositivo no artigo 40 e seguintes incisos, motivo pelo qual é vedado admitir, prever, incluir ou tolerar nos atos de convocação, cláusulas e condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo.

CONCLUSÃO

Dessa forma, entendo que o processo licitatório se encontra respaldado na Lei nº 8.666/93, não tendo nenhum óbice ao prosseguimento do Processo Licitatório nº 009/2023 – Tomada de Preço nº 001/2023, devendo a Comissão Permanente de Licitação observar, ainda, a disponibilidade do Edital aos interessados com a antecedência determinada por Lei, razão pela qual opino favoravelmente e manifesto pelo regular prosseguimento do certame.

É o parecer.

Canhotinho, 12 de janeiro de 2023


Cicelle Lima Neves Mendonça

Procuradora Municipal
OAB-PE nº 982-B



